

---

# Organização e Funcionamento dos Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo

---

## Relatório

**COLÉGIO DA FUNDAÇÃO ALENTEJO**

**Ano letivo 2024-2025**

AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO N.º 34/DREA/EPC

NUP 10.03.24/00003/EMS/25

Equipa Multidisciplinar de Gestão da Atividade Inspetiva (EMGAI) - Sul

Concordo.

À consideração da entidade competente,  
para homologação e encerramento do  
processo.

29/03/2025

A chefe da EMGAI - Sul

*Clara Lucas*

Homologo.

**Encerre-se o processo.**

Envie-se à escola, para conhecimento e  
cumprimento das recomendações

.

## 1. Preâmbulo

A atividade Organização e Funcionamento dos Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo (OFEEPC) integra o plano de atividades da Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC), visando:

- Fiscalizar o funcionamento dos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo quanto a:
  - Autorização de funcionamento.
  - Gestão curricular, avaliação e certificação.
  - Recursos humanos.
  - Recursos materiais.
  - Serviços administrativos.
  - Obrigações decorrentes da celebração dos contratos previstos no Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo de nível não superior<sup>1</sup> (Estatuto).
  - Obrigações no âmbito do regime geral da prevenção da corrupção - RGPC.
  - Outras obrigações legais.

De acordo com a metodologia desta atividade, em resultado de cada intervenção inicial é elaborado um projeto de relatório, o qual é remetido ao estabelecimento de educação e ensino (escola) intervencionado, para pronúncia no prazo de 10 dias, podendo, neste período, ser demonstrada a correção de eventuais desconformidades. Esta pronúncia é refletida no documento, que então se converte em relatório, o qual é homologado e remetido à escola.

Se o relatório identificar eventuais incumprimentos em matérias que não são da competência da IGEC, esses incumprimentos são comunicados à(s) entidade(s) competente(s) nessa(s) matéria(s).

Após a receção, pela escola, do relatório homologado, decorre um período de 60 dias para implementação das medidas necessárias ao cumprimento das recomendações nele incluídas, devendo a escola comunicar à IGEC as diligências efetuadas nesse sentido, apresentando os correspondentes comprovativos.

Findo este prazo, a IGEC verifica o cumprimento das supramencionadas recomendações (intervenção sequencial) e, caso persistam situações não corrigidas, comunica esse facto aos serviços da administração educativa competentes ou ao Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC).

---

<sup>1</sup> Artigo 9.º do Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo de nível não superior, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 152/2013, de 4 de novembro, alterado pela Lei n.º 36/2021, de 14 de junho, retificada pela Declaração de Retificação n.º 22/2021, de 9 de julho

## 2. Introdução

A presente intervenção foi determinada por despacho de 18 de dezembro de 2024, da chefe da Equipa Multidisciplinar da Gestão da Atividade Inspetiva - Sul, e foi executada pela equipa de inspeção constituída por Abílio Ferreira e João Henriques, entre os dias 7 e 10 de janeiro de 2025.

Ao longo das três etapas da intervenção (preparação, trabalho de campo e elaboração do relatório):

- Foram consultados documentos diversos da escola (autorização de funcionamento e respetivos aditamentos, livro de reclamações físico, regulamento interno, projeto educativo, instrumentos de planeamento curricular, lista e horário do grupo, registos de avaliação, processos individuais das crianças, processo individual da docente, medidas de autoproteção contra incêndio em edifícios, licenças e relatórios das inspeções de segurança, livros de inspeção e ou manutenção).
- Foram realizadas entrevistas com a diretora executiva, a diretora pedagógica e uma representante dos pais e encarregados de educação.
- Foi realizada uma visita às instalações.

A equipa regista a atitude de mobilização da diretora executiva e da diretora pedagógica do Colégio da Fundação Alentejo (adiante designado por Colégio) com quem interagiu no decurso da intervenção.

## 3. Audiência prévia

O direito de audiência prévia, previsto nos artigos 121.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, foi exercido e foi considerado na redação final deste relatório.

# II. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

## 1. Identificação e caracterização da escola

### AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO

O Colégio funciona ao abrigo da Autorização Definitiva de Funcionamento n.º 34/DREA/EPC, emitido em 23/10/2012, pela Direção Regional de Educação do Alentejo.

### DENOMINAÇÃO

O estabelecimento de educação denomina-se Colégio da Fundação Alentejo, que é coincidente com o registado na autorização definitiva de funcionamento.

### INSTALAÇÕES

O Colégio situa-se na Urbanização da Muralha, Praceta Álvaro Pires, lote 61, 7005-252, em Évora.

### ENTIDADE TITULAR

A entidade titular do Colégio denomina-se Fundação Alentejo, com o NIPC 502978481.

### DIREÇÃO PEDAGÓGICA

A direção pedagógica do Colégio é singular, sendo assegurada por Alexandra Maria Rosa Caciano Mavioso, que coincide com o despacho de homologação da diretora-geral da administração escolar, de 16/11/2023, comunicado através do ofício com a referência 7693/2023/DSRA-EMAP/UACAOE. Todavia, a alteração à direção pedagógica não se encontra averbada na autorização de funcionamento.

\*

Em sede de audiência prévia, a diretora executiva do Colégio juntou cópia do ofício dirigido à delegada regional do Alentejo da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE) a requerer o averbamento da diretora pedagógica em exercício.

\*

#### **RECOMENDAÇÃO**

- I. Requerer o averbamento, na autorização de funcionamento n.º 34/DREA/EPC, 23/10/2012, da identificação do diretor pedagógico em exercício, no respeito pelo disposto no n.º 1 do artigo 32.º do Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo de nível não superior, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 152/2013, de 4 de novembro, alterado pela Lei n.º 36/2021, de 14 de junho, retificada pela Declaração de Retificação n.º 22/2021, de 9 de julho.

*Recomendação cumprida conforme documento apresentado em sede de audiência prévia.*

### LOTAÇÃO E FREQUÊNCIA

A lotação registada na autorização definitiva de funcionamento é de 75 crianças para a educação pré-escolar e de 96 alunos para o 1.º ciclo do ensino básico (CEB). Por despacho da diretora-geral da administração escolar, de 29/09/2023, foi autorizada a alteração da lotação da valência de 1.º CEB, de 96 alunos/4 salas para 48 alunos/2 salas, com efeitos a partir do ano letivo 2023/2024, conforme comunicação da DGEstE, com a referência 6723/2023/DSRA-EMAP-UACAOE.

Por despacho do diretor-geral da administração escolar, exarado em 07/08/2014, foi concedido ao Colégio autorização de funcionamento para o 2.º CEB, com lotação para

60 crianças (segundo o ofício da Direção de Serviços da Região Alentejo da DGEstE - S/4607/2014, de 18/08/2014).

O Colégio suspendeu a oferta dos 1.º e 2.º CEB, situação que comunicou à Direção de Serviços da Região Alentejo da DGEstE (ofício com a referência 0075/2023, de 27/04/2023).

As alterações acima identificadas não foram objeto de averbamento/aditamento à autorização definitiva de funcionamento.

\*

Em sede de audiência prévia, a diretora executiva do Colégio juntou cópias dos ofícios, dirigidos à Delegada Regional do Alentejo da DGEstE, a requerer a suspensão de oferta do 1.º CEB, por um período de três anos, e a cessação do 2.º CEB.

Tal pretensão havia já sido comunicada à DGEstE, como antes foi dito, desconhecendo-se a decisão do serviço competente do Ministério da Educação, Ciência e Inovação, uma vez que a mesma não foi averbada à autorização definitiva de funcionamento.

Face ao exposto, constata-se que o Colégio não requereu o averbamento na autorização de funcionamento n.º 34/DREA/EPC da atualização dos níveis de educação e ensino em funcionamento, pelo que esta matéria será objeto de confirmação em sede de intervenção sequencial.

\*

#### RECOMENDAÇÃO

2. Requerer o averbamento, na autorização de funcionamento n.º 34/DREA/EPC, 23/10/2012, da atualização dos níveis de educação e ensino em funcionamento e da respetiva lotação, no respeito pelo disposto no n.º 1 do artigo 32.º do Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo de nível não superior, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 152/2013, de 4 de novembro, alterado pela Lei n.º 36/2021, de 14 de junho, retificada pela Declaração de Retificação n.º 22/2021, de 9 de julho.

A frequência na educação pré-escolar, observada à data da presente intervenção inspetiva, é de 49 crianças, que é inferior à lotação registada na autorização definitiva de funcionamento.

Estas crianças, com idades compreendidas entre os três anos e a idade de ingresso no ensino básico, que em 2023/2024 constituem um só grupo, distribuem-se por três salas/áreas: “Conhecimento do mundo das ciências e da matemática”; “Faz e Conta” e “Expressões, da escrita e da leitura”. As atividades desenvolvidas com o grupo de crianças são dinamizadas e supervisionadas pela educadora de infância, coadjuvada por outros profissionais, de entre os quais, três auxiliares de ação educativa.

\*

Em sede de audiência prévia, a diretora executiva do Colégio remeteu cópia do “Projeto Pedagógico” para a educação pré-escolar, criado em janeiro de 2025, através do qual é dado a conhecer o modelo pedagógico em curso, nomeadamente: a fundamentação, a equipa pedagógica, a organização do espaço e do tempo, e a avaliação do ensino e das aprendizagens das crianças. Juntou, também, as listas

nominais das crianças que integram os grupos da educação pré-escolar, com 25 crianças cada.

\*

#### RECOMENDAÇÃO

3. Respeitar, em todos os grupos da educação pré-escolar, o limite máximo de 25 crianças por grupo, de acordo com o artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 147/97, de 11 de junho (regime jurídico do desenvolvimento e expansão da rede de educação pré-escolar).

*Recomendação cumprida conforme documento apresentado em sede de audiência prévia.*

### OFERTA EDUCATIVA E FORMATIVA

O Colégio oferece a educação pré-escolar, conforme consta da autorização definitiva de funcionamento.

O 1.º CEB deixou de ser oferta formativa, a partir do ano letivo 2018/2019, e o 2.º CEB nunca fez parte da mesma.

### TRANSPARÊNCIA

O Colégio não dispõe de página eletrónica.

É divulgada, em local acessível ao público em geral, na vitrina junto à entrada do Colégio, informação rigorosa e suficiente sobre a autorização de funcionamento, o projeto educativo e o regulamento interno, os direitos e deveres dos alunos, incluindo as mensalidades e demais encargos devidos, bem como a oferta educativa, os órgãos de direção e o corpo docente. O Colégio divulga, ainda, aos pais e encarregados de educação, através de mensagem de correio eletrónico, o regulamento interno e o projeto educativo, entre outros documentos.

### REGULAMENTO INTERNO

O regulamento interno contempla, entre outros, os seguintes aspetos: direitos e deveres dos alunos e dos encarregados de educação, definição dos serviços de utilização obrigatória e de utilização facultativa e das normas e condições neles a observar, bem como as regras próprias de admissão de crianças. Este documento faz referência a um conjunto de normas relativas à oferta formativa do 1.º CEB e a legislação diversa que se encontra revogada.

O regulamento interno do Colégio está isento de normas que configurem ou possam configurar práticas discriminatórias contra pessoas com deficiência, contra o exercício do direito à identidade e expressão de género e, ainda, em razão da origem racial e étnica, cor, nacionalidade, ascendência e território de origem.

### TABELA DE SERVIÇOS OBRIGATÓRIOS E FACULTATIVOS E RESPETIVOS PREÇOS

O Colégio elaborou uma tabela de serviços obrigatórios e facultativos que inclui os respetivos preços praticados.

### LIVRO DE RECLAMAÇÕES

O Colégio dispõe de livro de reclamações físico e eletrónico, cuja existência se encontra divulgada.

O leteiro de publicitação do livro de reclamações identificava incorretamente a entidade competente para apreciar as reclamações. No decurso da intervenção a situação foi corrigida, tendo sido aposta a entidade competente no referido leteiro.

Analisado aquele livro, verificou-se inexistirem reclamações nele exaradas.

### CONTRATOS CELEBRADOS COM O ESTADO<sup>2</sup>

Não aplicável

### OUTROS ASPETOS RELEVANTES

O Colégio é detentor de autorização provisória de funcionamento, para a valência de creche, com o n.º 02/2011, emitida em 03/10/2011. Foi estabelecido, em 06/09/2023, o Acordo de Cooperação com a Segurança Social, I.P., que abrange 138 crianças.

O Colégio emprega 39 trabalhadores, sendo nove docentes e 30 não docentes, pelo que não lhe é aplicável o regime geral da prevenção da corrupção.

## 2. Gestão do currículo

### PROJETO EDUCATIVO

O Colégio formalizou o projeto educativo, documento que apresenta a sua missão e visão, bem como os princípios e valores que norteiam a ação dos seus profissionais.

### PLANEAMENTO CURRICULAR

O Colégio elaborou o “Plano de Atividades para o Desenvolvimento Curricular” que considera as Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar (OCEPE), homologadas pelo Despacho n.º 9180/2016, de 19 de julho.

A ação educativa tem em conta os fundamentos e princípios educativos daquelas orientações, sendo de destacar o reconhecimento da criança como sujeito e agente do processo educativo, o desenvolvimento de atividades que apelam à participação de todas e de cada uma delas, no respeito pelas suas características, potencialidades e evolução. Considera, também, a organização do ambiente educativo e a avaliação dos processos, baseada nos registos de observação e na documentação pedagógica.

---

<sup>2</sup> Título I, Capítulo II, Secção III do Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo de nível não superior, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 152/2013, de 4 de novembro, alterado pela Lei n.º 36/2021, de 14 de junho, retificada pela Declaração de Retificação n.º 22/2021, de 9 de julho



## EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

Não aplicável

## PLANOS DE INOVAÇÃO (PORTARIA N.º 181/2019, DE 11 DE JUNHO, NA REDAÇÃO ATUAL)

Não aplicável

## DIVULGAÇÃO DAS OPÇÕES CURRICULARES

Não aplicável

## ESCOLA INCLUSIVA

O Colégio é efetivamente uma instituição inclusiva.

Analisados os seus documentos orientadores, constata-se que não refletem os princípios orientadores da educação inclusiva e não identificam, de modo claro, as linhas de atuação para a criação de uma cultura de escola, onde todos encontram oportunidades para aprender e as condições para se realizarem plenamente, respondendo às expectativas e necessidades de cada criança, valorizando a diversidade e promovendo a equidade e a não discriminação no acesso ao currículo e na progressão das aprendizagens.

\*

Em sede de audiência prévia, a diretora executiva do Colégio juntou cópia do regulamento interno revisto em janeiro de 2025, que garante cumprir os princípios da equidade e da inclusão, enquanto princípios orientadores para uma educação inclusiva. Porém, importa dizer que concorrem, também, para uma verdadeira educação inclusiva outros princípios: educabilidade universal e personalização; flexibilidade e autodeterminação; envolvimento parental e interferência mínima; todos eles devidamente explicitados no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, na sua redação atual.

A diretora executiva comprometeu-se em rever o projeto educativo do Colégio, de modo a incorporar as medidas que justifiquem o cumprimento das recomendações n.º 4 e 5 do presente relatório, as quais serão objeto de confirmação em sede de intervenção sequencial.

\*

### **RECOMENDAÇÕES**

4. Reformular os documentos orientadores da escola de modo a refletirem os princípios orientadores da escola inclusiva, plasmados no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, alterado pela Lei n.º 116/2019, de 13 de setembro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 47/2019, de 3 de outubro, e pelo Decreto-Lei n.º 62/2023, de 25 julho.

*Recomendação cumprida, conforme consta do regulamento interno revisto e apresentado em sede de audiência prévia.*

5. Reformular os documentos orientadores da escola de modo a incluírem as linhas de atuação para a criação de uma cultura de escola onde todos encontrem oportunidades para aprender e as condições para se realizarem plenamente, respondendo às necessidades de cada aluno, valorizando a diversidade e promovendo a equidade e a não discriminação no acesso ao currículo e na progressão ao longo da escolaridade obrigatória, dando cumprimento ao disposto no n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, alterado pela Lei n.º 116/2019, de 13 de setembro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 47/2019, de 3 de outubro, e pelo Decreto-Lei n.º 62/2023, de 25 julho.

O Colégio não dispõe de uma de Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva, formalmente constituída nos termos do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, na sua redação atual, mas os seus profissionais desenvolvem as competências daquela em articulação com a Equipa Local de Intervenção n.º 2 de Évora (Sistema Nacional de Intervenção Precoce).

#### ATIVIDADES EDUCATIVAS - EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

O único grupo de educação pré-escolar cumpre mais de 25 horas semanais de atividades educativas, com a presença de outros profissionais, as quais são planeadas, acompanhadas e avaliadas pela educadora titular de grupo.

#### MATRIZES CURRICULARES - 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO

Não aplicável

#### MATRIZES CURRICULARES - 2.º CICLO DO ENSINO BÁSICO

Não aplicável

#### MATRIZES CURRICULARES - 3.º CICLO DO ENSINO BÁSICO

Não aplicável

#### MATRIZES CURRICULARES - ENSINO SECUNDÁRIO

Não aplicável

#### AVALIAÇÃO

Os procedimentos de avaliação referentes à educação pré-escolar são coerentes com as Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar.

#### DIVULGAÇÃO PÚBLICA DAS CLASSIFICAÇÕES

Não aplicável

#### PROVAS DE AFERIÇÃO - RIPA E REPA

Não aplicável

#### PROVAS FINAIS DO ENSINO BÁSICO E EXAMES FINAIS NACIONAIS - RELATÓRIOS TÉCNICOS

Não aplicável

#### DIPLOMAS E CERTIFICADOS

Não aplicável

### 3. Contratos de apoio à família e contratos de associação

Não aplicável

#### 3A. Contratos de patrocínio - Cursos do ensino artístico especializado

Não aplicável

#### 3B. Contratos de cooperação - Estabelecimentos de educação especial

Não aplicável

### 4. Serviços administrativos

#### SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

O Colégio dispõe de serviços administrativos, adequados ao seu funcionamento, em espaço próprio.

#### PROCESSOS INDIVIDUAIS DAS CRIANÇAS

Foi analisada uma amostra de 10 processos individuais, constituída aleatoriamente, correspondente a 20% das crianças que frequentam a valência de educação pré-escolar. Estes processos estão organizados, contêm elementos fundamentais de identificação e fichas de registo de avaliação, encontrando-se guardados em condições que salvaguardam a sua confidencialidade.

Os processos individuais das crianças não as acompanham sempre que mudam de escola.

Em sede de audiência prévia, a diretora executiva do Colégio alegou que, no final do ano letivo, irá solicitar aos pais e encarregados de educação informação sobre qual a escola para a qual as crianças vão transitar. Desta forma, o Colégio questionará a respetiva escola sobre quais as informações que consideram necessárias sobre cada criança e sua avaliação.

\*

#### RECOMENDAÇÃO

6. Instituir procedimentos que garantam que o processo individual da criança a acompanha sempre que muda de escola, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 56.º do Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo de nível não superior, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 152/2013, de 4 de novembro, alterado pela Lei n.º 36/2021, de 14 de junho, retificada pela Declaração de Retificação n.º 22/2021, de 9 de julho.

*Recomendação cumprida conforme alegação apresentada em sede de audiência prévia.*

### PROCESSOS INDIVIDUAIS DOS ALUNOS

Não aplicável

### SEGURO

As crianças estão abrangidas por um seguro que cobre os riscos de acidentes pessoais ocorridos no perímetro escolar e no trajeto casa-escola e escola-casa.

### PROCESSOS INDIVIDUAIS DOS DOCENTES

O processo individual da diretora pedagógica está organizado e arquivado em condições que salvaguardam a sua confidencialidade. O mesmo contém elementos de identificação, comprovativos de robustez física e perfil psíquico e de habilitações profissionais e académicas. A docente é detentora de habilitações profissionais adequadas, nos mesmos termos dos das escolas públicas.

### SERVIÇO DOCENTE

O Colégio implementa mecanismos de controlo da assiduidade dos docentes e efetua registos mensais do serviço prestado.

### CERTIFICADOS DE REGISTO CRIMINAL

A entidade titular declarou, formal e expressamente, ter pedido, há menos de um ano, certificado de registo criminal a todos os trabalhadores, mesmo os não remunerados.

## 5. Instalações e equipamentos

### MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO EM EDIFÍCIOS

As medidas de autoproteção contra incêndio em edifícios foram apresentadas para parecer prévio à Autoridade Nacional de Proteção Civil, colhendo o parecer favorável da mesma em 09/09/2011. O Colégio integra a 2.<sup>a</sup> categoria de risco.

### VISTORIAS, INSPEÇÕES E AÇÕES DE MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES E DOS EQUIPAMENTOS

Os certificados comprovativos da realização de vistorias ou inspeções às instalações de gás, aos extintores de incêndio, aos ascensores e às medidas de autoproteção contra incêndio em edifícios encontram-se atualizados.

Existem evidências da aplicação dos princípios da análise dos perigos e do controlo dos pontos críticos (HACCP) nos locais de manuseamento de alimentos.

O Colégio dispõe de livro de inspeção e manutenção dos equipamentos de jogo e recreio.

### ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM MOBILIDADE CONDICIONADA

O Colégio é detentor de licença de utilização emitida pela Câmara Municipal de Évora que garante o cumprimento das condições de acessibilidade para pessoas com mobilidade condicionada.

### INSTALAÇÕES

As instalações do Colégio revelam boas condições de higiene, organização e adequação à prática pedagógica.

### SEGURANÇA NOS LABORATÓRIOS

Não aplicável

## 6. Regime geral de prevenção da corrupção

Não aplicável

### III. PROPOSTAS

Não aplicável

Lisboa

28/03/2025

A equipa:

Abílio Ferreira

João Henriques